

Argus Cirino

Benedito Inácio Cirino (Águas das Bicas, PR, 1939 –1997) exerceu, por muitos anos, a medicina em Mato Grosso do Sul. De suas obras (sob o pseudônimo Argus Cirino) se destacam O CONFLITO (1978), ESTE CHÃO QUE EU AMO (1982), AS AVENTURAS DE UM MENINO DE INTERNATO (1984) e BIOGRAFIA DE MÚCIO TEIXEIRA (1987) e UMA RAZÃO DE VIVER (1987).

Viagem ao Inferno

De repente, aquela viagem de cobrança até o Projeto Sete Quedas.

No Paraná, quando alguém menciona uma viagem a Mato Grosso, seja do Sul ou do Norte, é aquele deus-nos-acuda. O pessoal prefere ver o diabo a atravessar a fronteira.

Todo mundo tirando o seu da seringa; uns não iam porque não podiam; outros, porque era muito longe; ainda outros, por causa de certos compromissos... Assim, a batata quente veio parar nas minhas mãos: “Tá bem, chefe, eu vou.”

E fui, de ônibus.

Que me lembre, nunca fiz viagem mais horrível em toda a minha vida. Viagem! Se é que aquilo poderia ser denominado como tal! Expição, a palavra certa.

De Umuarama a Mundo Novo, tudo bem. Aliás, *tudo bem* é força de expressão. Antes, no porto de Guaíra, tive de *provar* àquele *intelligentíssimo* pessoal, de *refinadíssima educação* que integra a fiscalização portuária do rio Paraná, que não era nenhum *contraventor*. O que os deixou muito contrariados, principalmente depois de me revistarem da cabeça aos pés – sem sequer pedir um documento – me fazerem perder duas

balsas e não encontrarem o que *estavam procurando*. Que também não sei o que era, pois não me falaram. Quando reclamei, disseram que aquilo era *rotina* e que *tavam cumprindo ordens*. Não me pediram desculpas e eu não achei estranho. Afinal, eu estava lidando com uma *otoridade federal*, cujas atitudes lhes eram peculiares.

Uma hora de balsa rio acima depois, eu estava em Mundo Novo. De lá para frente...

Bom, para começar, o ônibus que por lá chamam de *jardineira* – uma vetusta relíquia dos tempos do h de gancho – saiu com duas horas de atraso. Isto porque estava *dentro do horário*. Horário mato-grossense, que é uma hora atrasada em relação ao resto do Brasil.

Enquanto tinha gente para embarcar o ônibus foi enchendo, a despeito do número restrito de lugares. O motorista, quando viu o veículo suficientemente lotado, achou por bem dar a partida. E quando digo *lotado* é lotado mesmo, a ponto de não se poder introduzir mais um cisco ali dentro. Gente em pé, gente sentada (uns nos colos dos outros), gente espremida pendurada nos estribos. Mulheres agarradas a pacotes de compras. Mães com crianças nos braços e sacolas de cueiros apertando aqui, emborcando acolá. Vidros de mamadeiras derramando nas cabeças dos passageiros irritados. Estes, então, bem a equipe de construtores da Torre de Babel. Mulatos, brancos, pretos, índios, amarelos, marrons (de sujeira); polacos, italianos, gaúchos, nordestinos. O verdadeiro inferno enlatado.

Como se ainda não bastasse o estupor daquele navio negreiro sobre rodas, muitos dos passageiros conduziam consigo os seus *bichinhos de estimação*: papagaio, canarinho, tucano, macaco, preá, pato, marreco, gato, cachorro e... com perdão da má palavra, até leitãozinho...

Acho que dá para sentir o drama, eu da cidade, habituado a terno e gravata, sapato polido, ar-condicionado, restaurante chinês e loção após barba.

E a granjola vai que sacoleja pelos cento e lá vão fumaças de quilômetros. Estrada de chão, poeira e buracos aqui, lama e atoleiros mais adiante. Salta um, recolhe três: passageiro que perde a bagagem e culpa a mãe do motorista. Dentro da *jardineira*, o pessoal se agredindo porque alguém pisou no rabo do macaco e o animal fica furioso. E dê-lhe estrada e solavancos.

Doze horas mais tarde, o lotação tremendo – ameaçando cair aos pedaços – entra por uma estrada mais larga. De um lado, capoeira. Do outro, amontoado de casas, galpões de serrarias, tendas e oficinas mecânicas. A energia elétrica é na base do gerador. Ali é o Projeto Sete Quedas, fico sabendo em seguida. A estrada larga não é estrada: é a rua principal que separa o Brasil do Paraguai. Esboço de uma futura Ponta Porã.

O ônibus cambaleia mais um pouco e encosta na frente de um barzinho, que funciona como rodoviária. O pessoal começa a ser despejado.

Cansado, morto de fome, suado, sujo, fedendo a ranço de mamadeira e bosta de passarinho, saio para a luz do sol. Quase cinco da tarde – lá deles. O Patrimônio não me inspira a menor animação.

Entro no bar, nos fundos uma porção de gente jogando sinuca e tomando cerveja quente. Por uma porta lateral vejo pessoas saindo e entrando como num formigueiro. O pó e a sujeira fuliginosa despreendida das chaminés das serrarias parecem ser os adornos permanentes. Água, só de poço; banho, só de canequinha. Lavar as mãos encardidas é arte a que poucos se dedicam, assim mesmo com sofríveis resultados.

Olhos compridos, procuro o que comer na craquenta vitrina do bar e não encontro. Nem pastel frito em óleo *diesel*. Com muito custo o dono do boteco me convence a ingerir o que de melhor ele possui para uma refeição ligeira: mandioca (o ouro da terra) cozida e lingüiça de carne de boi. Com café puro. Leite por ali, só de mamoeiro.

Então surgiu o forró.

Eu mastigava, pesaroso, os últimos pedaços de mandioca fria com lingüiça, quando lá no fundo do bar o tempo fechou. Correrias, atropelos, ruídos de garrafas e copos se quebrando; cadeiras e mesas se partindo. Gritarias. Um berro de agonia. Palavrões.

Do meu camarote, estiquei o pescoço e observei o cenário violento. Entre cacos de vidros e destroços de madeira um corpo estendido estrebuchava com dois pontacos no peito, o sangue esguichando. Ao seu lado, um sujeito alto, com um tamborete e um enorme punhal, berrava a ple-nos pulmões para três outros caras que – também armados de facas – aguardavam o momento de trucidá-lo.

“Minha nossa”, pensei comigo, “aqui o *bang-bang* é ao vivo!”

“Filhos da puta!”, gritava o homem alto. “Vocês mataram meu irmão. É o segundo, mas hoje eu vou beber o sangue de vocês, desgraçados! Faz cinco anos que vocês começaram. A não ser que me matem, hoje eu acabo de escrever a história, pois sou macho bastante para cortar o saco de um por um de vocês, cornos malditos!”

Falava, brandindo o punhal e sacudindo o tamborete de um lado para o outro, num negaceio ágil, próprio de indivíduo acostumado à peleja.

“Venham me pegar, putos! Venham, se é que a puta da sua mãe não botou calças em vocês, enganada! Venham!”

Apesar da vantagem numérica, os três sentiam-se intimidados com a coragem ou com a loucura do desafiador.

Eu nunca tinha visto uma briga de verdade, não naquelas condições. Somente em cenas preparadas, de cinema e televisão. Mas ali não. Ali os personagens eram reais, de carne e osso, que sangravam e morriam de verdade, sem os efeitos especiais da maquiagem ou o uso de *doublé*. Cada um interpretava o seu papel, vivamente, sem a correção escoceita do *script* bem decorado. Um segundo de distração significaria a vitória ou a derrota, a vida ou a morte. Esse, pelo menos, era o instantâneo que minhas retinas fotografavam naquele momento de alucinação e pavor.

Do lado de fora, a multidão ia se formando – como bandos de urubus ao redor da carniça. Esquisitamente, todos aguardavam o desfecho com júbilo lúbrico. Ninguém se propunha a interferir. Como nos tempos das cavernas. Vencesse o mais forte, o mais capaz. Nem parecia que há milhões de anos havíamos levantado as patas dianteiras do solo... ou seria eu o único a pensar assim, só porque um dia lera isso nos livros?

Não pude correr, fugir, pois subitamente senti as pernas criarem raízes no chão; tremiam tanto que os joelhos chocalhavam um no outro.

Encurralado no canto, o homem alto ameaçou sair para um lado e foi para o outro. Rodopiou o tamborete de madeira no ar e acertou em cheio no queixo do antagonista mais próximo, que, atordoado, caiu de gatinhas e escapuliu pela porta dos fundos, abandonando os companheiros, certo de que eles dariam conta do valentão.

O homem alto revelava-se páreo duro. Lépidio como um gato, saltou e abaixou-se repentinamente numa cambalhota estratégica, no momen-

to exato em que os dois avançaram para cima dele. Rolando, impulsionou para frente o membro que empunhava a arma branca. A ponta aguçada encontrou no transcurso a pele flácida do abdome de um dos contendores, penetrando como uma agulha num tablete de manteiga. A viravolta salvara-lhe a vida, mas não o livrara de pequenos retalhos no ombro, nas costas e nos braços.

“Ele me furou! Ele me furou!”

E com a mão sobre a barriga o ferido largou a faca. Cambaleando, tentou alcançar a porta de saída. Não conseguiu, caindo metade para dentro, metade para fora. Foi arrastado pela turba cada vez mais numerosa e conduzido para algum lugar de socorro – se é que por ali havia.

Agora restavam apenas dois no carnaval de sangue, medindo-se na contradança macabra. Golpes, pulos, defesas, estalidos de lâminas, mais ferimentos nos corpos cansados, arquejantes.

Numa estocada de mestre, o homem alto consegue vaziar o olho do adversário. O sangue jorrando na face, descuida-se da guarda e o homem alto enfia-lhe o punhal pelo cavo da axila até o cabo, torcendo-o grotescamente. Caindo abraçados, ambos rolam ainda por alguns segundos até a completa imobilização do esfaqueado, tendo por cima o peso do homem alto.

Sobre o corpo inerte, o aguçado punhal sobe e desce por uma dezena de vezes, retalhando o tórax, a garganta e o abdome, numa erótica volúpia draculiana que dava engulhos e causava arrepios de horror.

“Toma, filho da puta! Toma, filho da puta!”

Punhal gotejante de sangue, o vencedor pôs-se a caminhar na minha direção. Pensei: “Será que vai sobrar pra mim também?!” Honestamente, estava quase me mijando.

Foi até o balcão, pediu uma garrafa de cachaça e um copo lavrado, dos grandes. O bodegueiro entregou sem discutir. Então, ele meteu a ponta do punhal dentro do copo e despejou a cachaça sobre a lâmina sanguinolenta, lavando-a dos dois lados. Encheu o copo até a borda, mexeu com a arma em movimentos circulares até que todo o líquido assumisse a coloração rubra. Guardou o punhal na bota, levantou o copo à minha frente, num brinde. Seu braço tremia. Ele todo estava porejado de sangue, através dos ferimentos que encharcavam a roupa.

O copo alto à minha frente.

“Servido?”

Eu não sabia se respondia ou se vomitava.

“Não... obriga....do. Eu... já almo...cei.”

Interessante como a gente é capaz de dizer palavras idiotas em determinadas ocasiões.

Cabelos desgrenhados, olhos pardos, amendoados, brilhando sinistramente. Sorriu descontraído. Do meu pavor? Talvez, eu estava suando frio por tudo quanto era buraco do corpo. Fechou a cara, virou-se de lado, despejou no chão o trago dos santos e pronunciou num monólogo: “Por hoje, estamos quites: dois dos deles por dois dos nossos. O sangue só será saciado com sangue.”

Levou bruscamente o copo aos lábios e bebeu, como se fosse licor, toda a cachaça misturada com o sangue da vítima.

“Ahhnnnnnnn!”, prelibou com satisfação obscena.

Como bando de animais curiosos, o povaréu começou a rodear os cadáveres, sem que ninguém ousasse tocá-los ou fizesse qualquer tentativa de prender o criminoso.

Que cobrança que nada!

Assim que pude deslocar o pé do chão, fui ao guichê de passagem, indaguei da saída do próximo ônibus ou... *jardineira*.

“Daqui meia hora”, respondeu um rapaz vesgo, que vendia passagem.

“Putá merda, que sorte! Se tivesse de passar a noite aqui eu dava cria”, disse eu, pulando de alegria.

“Só que não tem mais passagem.”

“O quê? Corta essa, meu! Vou em pé, deitado, no estribo de fora, na capota... o que me interessa é sair daqui o mais rápido possível.”

“Se é assim... até aonde o senhor vai?”

“Pra civilização.”

“Pronde?”

“Não importa, amizade, pra qualquer canto, desde que saia desta tribo de antropófagos.”

“A *jardineira* pára em Iguatemi.”

“Mora gente lá?”

O rapaz me olhou, acreditando que eu fosse um beócio. No mínimo pensara que eu estava fazendo piada! Eu, hein, dar uma de gozador logo em Mato Grosso!?

“Tá bem, chefe, Iguatemi serve... e me dá logo o bilhete!”

Fumando um cigarro atrás do outro, aguardei na rua a hora da saída. E a danada da *jardineira* que não encostava nunca.

De longe, vi as autoridades chegarem. Três meganhas, armados de 44. Prenderam o assassino e liberaram os cadáveres para a limpeza do local. Tudo dentro da maior naturalidade, como se aquilo fosse fenômeno rotineiro. Ninguém perguntou nada a ninguém; nem testemunhas, nem solicitação de depoimentos. Era-se bastante prático por ali. Nada de aborrecer quem quer que fosse.

“Podem me prender”, disse o homem alto, antes de ser levado pelos meganhas, “mas daqui uma semana estarei solto e voltarei pra acertar o resto da conta que ficou em haver”.

Parece que esse era outro costume tradicional da região. O sujeito alto não era nenhuma Fafá de Belém, no entanto... peito era o que não lhe faltava.

Durante a viagem de regresso, fiquei sabendo dos detalhes da chacina a que presenciara naquela tarde. Não se falava outra coisa. O *strogonof* do dia.

Há cinco anos atrás, o irmão caçula do homem alto fora assassinado traiçoeiramente por um soldado paraguaio, assalariado. O jovem, na ocasião, namorava a filha de um fazendeiro ilustre da região. Os pais e os irmãos da moça, não vendo no rapaz um partido satisfatório, depois de algumas advertências vãs, resolveram *arquivar o processo*. Aliás, política providencial que por ali se toma. Não se discute muito não.

Vai daí, a família do morto não recebeu o recado à maneira brasileira de deixa-que-a-divina-providência-dá-jeito. Tempos depois, um dos irmãos do assassinado matou o primeiro dos irmãos da filha do fazendeiro. Estava então declarada a guerra da *vendetta*.

À medida que os passageiros iam saltando, nas encruzilhadas, nas portas das vendas de beira-estrada, na metade do caminho (a mesmíssima via-crucis), o ônibus também ia se esvaziando. O motorista solando com fé e vontade, o intuito de chegar mais cedo. O traste voava, num chocalho contínuo e ensurdecedor, por cima dos buracos e atoleiros.

Vagando um lugar na frente, apossei-me dele por inteiro.

Excitado emocionalmente pelos acontecimentos do dia, estafado física e mentalmente, a sombra de um cochilo começou a voejar-me como as carícias de uma fada protetora. Aos poucos, já nem sentia os solavancos do veículo barulhento...

... Estranhava aquela gente esquisita correndo atrás de mim. Todos armados de facas, punhais, espingardas, revólveres e espetos de churras-caria. A gritaria chegando aos meus ouvidos, e eu correndo... correndo... me esforçando ao máximo, sem conseguir mudar o passo do lugar... as pernas presas, pesadas... A turba assassina se aproximando... se aproximando... Alguém no meio do pandemônio gritando: "Olha a *jardineira!* Olha a *jardineira!*"

O padre... eu via o padre organizando a procissão... os fiéis... um policial chegando, avisando que o louco havia fugido do hospício... que ele tinha roubado uma *jardineira*. Era preciso ter cuidado... O padre fazendo que sim e orientando a procissão... o povo cantando... "Louvando a Maria, o povo fiel..." Vozes interpretando: "Lavando a Maria, o..." Cada vez que a procissão chegava numa esquina o padre se adiantava, espiava, trocava de hino... "Na cova da Iria, os três pastorinhos..." O cortejo prosseguindo... Outra esquina, o padre investigando... Na ponta da rua a *jardineira* furiosa, abalroando tudo que encontrava pela frente... O vigário, apavorado, virando-se em câmara lenta para o povo fiel, abrindo os enormes braços de batina preta, berrando... "A *jardineira!* A *jardineira!*" O povo, acostumado às freqüentes reformas religiosas, pensando tratar-se apenas de exótica troca de hinos (os padres, às vezes, tinham cada uma!), começando a cantar entusiasticamente, o andor virando de pernas para o ar: "Ô jardineira, por que estás tão triste? O que foi, o que foi que aconteceu? Foi a camélia que caiu do galho, deu dois suspiros e depois morreu... morreu... morreu..." Corpos ensangüentados caindo ao chão... O louco gritando e pulando em cima deles... bebendo sangue... sangue... e gritando.... "Ô jardineira!"

Abri os olhos. O caboclo, no corredor do ônibus, me sacudindo.

“Ei, moço... ei, moço! A *jardineira* já chegou, cê num vai sartá?”

Encarei-o, assustado, perdido numa confusão de imagens. Certamente o louco havia me apanhado. Não o vendo, perguntei: “E o louco?”

A cara de espanto do caboclo dava a entender que o único só poderia ser eu mesmo.

De qualquer maneira era bom estar de volta, principalmente depois daquela viagem de ida e volta ao inferno mais curta que eu jamais fizera.

Grupo escolar

Nos idos de 1940, a esquistossomose, o mal de Chagas, a malária e o crupe grassavam violentamente na região norte-pioneira do Paraná. Especialmente as duas últimas. Naquele tempo dava febre até nos paus, como dizia minha mãe. Eu mesmo, contava ela, fui levado diversas vezes às mãos do doutor, com os dentes cerrados para morrer. E haja Atebrina, Aralém e outros tantos remédios amargos, que me davam à força, embalados em pequenos papéis – os famosos “papeizinhos”. Amarrado no colo do meu pai, “Olha lá o passarinho...” e tchuk!, a colherada amarga garganta abaixo. Até os cinco anos, acho que peguei bem umas três maleitas daquelas... ou foi uma só, sendo as outras apenas episódios de repetição, devido ao período de latência da mesma enfermidade.

Vai daí que, se a malária aniquilava mais gente na zona rural (proporcionalmente) do que nas campanhas bélicas contra Hitler, na cidade o que dizimava a população infanto-juvenil em idade escolar era o crupe. Tanto que essa epidemia passou a ser conhecida – pelo menos na região onde nasci – como “crupe escolar”.

Coincidentemente, essa também foi uma das épocas em que o governo mais se preocupou com a Educação. Quanto à saúde... bem, esse filme advém do tempo do cinema mudo, e todos já conhecem o enredo. Mas a Educação... Basta dizer que as escolas primárias se multiplicavam em ritmo acelerado, estendendo-se inclusive por sítios e fazendas. Ninguém falava em outra coisa, senão em botar o seu pimpolho para estudar algu-

res. Era grupo escolar pra cá, grupo escolar pra lá, etcétera e tal, e coisa e lousa. A euforia da cultura, de repente, invadira o país como se fosse mais uma epidemia. Não fosse a disposição ferrenha de minha mãe, de me enfiar num colégio interno, com certeza teria debutado num desses grupos escolares, ao gosto de meu pai.

A coisa estava nesse pé, quando, ao cair da tarde de um certo dia, aparece lá em casa um fazendeiro vizinho, ar preocupado, circunspecto. Apesar de muito rico, não era desses de perder tempo com leitura e ensino. Tinha lá a sua filosofia. Seu lema de avarento, porém honesto, era criar os filhos analfabetos, para que eles não se tornassem ladrões, assassinos e pedintes – uma simbólica referência aos advogados, médicos e padres.

Conversa vai, conversa vem, finalmente ele disse a meu pai o verdadeiro motivo de sua visita. Queria saber o nome de um remédio que fosse dos bons. Meu pai perguntou:

- Remédio pra quê?
- Pro meu gado.

Se fosse eqüino, meu pai teria erguido uma orelha, assuntando: – Que têm as reses?

– Sei não. Todo santo dia tem uma cabeça morta no pasto. Isso já vem acontecendo de uns tempo pra cá.

– O senhor tem idéia de que seja? – indagou meu pai, alarmado. Porque, sendo o outro seu vizinho fronteiriço, a doença logo estaria do lado de cá da cerca, afetando o nosso gado também – horror dos horrores de todo criador. *Aftose*, carbúnculo, brucelose... o diabo!

– Ouvi dizer.

– Diga. Pelo nome da doença pode ser que eu conheça algum remédio.

O tempo todo com um naco de fumo na boca, o fazendeiro mascou... mascou... e mascando despachou, com altivez de entendido:

– Desconfio que o que tá matando o meu gado é esse tar de “grupo escolar”.

José Barbosa Rodrigues

José Barbosa Rodrigues (Poços de Caldas, MG, 1916 – Campo Grande, 2002) foi jornalista e historiador. Suas obras mais importantes são: ISTO É MATO GROSSO DO SUL (1978), HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE (1980) e HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL (1985).

A extração da erva-mate

Cessado o toque de clarim às margens do riacho paraguaio Aquidabã-nigui, onde Solano Lopez expirou vítima da guerra que provocara, o governo imperial brasileiro não se descuidou de estabelecer em definitivo os lindes territoriais brasileiros com a República do Paraguai.

Foi criada então a Comissão de Limites com a finalidade de marcar a linha divisória entre os dois países, de acordo com o princípio do *uti possidetis* e das decisões arbitrais.

Os sonhos acalentados pelos conquistadores espanhóis desde os tempos de Irala até Solano Lopez foram afogados pelo rio de sangue que este último provocou no dia de 12 de novembro de 1864, quando aprisionou o vapor Marquês de Olinda.

A Comissão de Limites, que teve os seus trabalhos iniciados a partir de 16 de agosto de 1872, constituída de representantes do Brasil e do Paraguai, tinha como fornecedor um cidadão brasileiro por nome Tomás Laranjeira, natural de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. No exercício de suas funções este fornecedor, nas suas andanças pela região, teve ocasião de travar conhecimento dos ervais nativos que constituíam verdadeiras matas em áreas que se estendiam pelos atuais municípios de Dourados, Ponta Porã, Bela Vista, etc.

Aquela riqueza ervateira, que cobria vasta área do atual Mato Grosso do Sul, despertou em Laranjeira, possuidor de espírito prático e empre-

endedor, que permanecera, depois da Guerra, no Paraguai e conhecera a arte da industrialização da erva, por intermédio do Visconde de Maracaju, seu antigo chefe na Comissão Demarcadora de Limites, que lhe deu a concessão (Decreto n. 81.799, de 9 de dezembro de 1882) que pleiteava, pois o consumo da erva-mate era grande nos povos do sul do continente².

2. Antes de 1930, a Argentina consumia aproximadamente 75 milhões de quilos de erva-mate, sendo 60 milhões procedentes do Brasil, ou seja, do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. Da região ervateira de Mato Grosso a Empresa Mate Laranjeira e outras pequenas de Foz do Iguaçu contribuíam com 20 milhões.

Dentro de pouco tempo, contando com o braço de índios guaranis e de paraguaios³, iniciou Laranjeira uma nova indústria extrativa de grande aceitação no comércio sulino, pois a *Ilex paraguariensis* nativa na região apresentava sabor especial, que superava o dos ervais tradicionais tanto do Paraguai como da Argentina. O campônio paraguaio e o gaúcho dos pampas, afeito aquele ao *tereré* e este ao chimarrão, passaram a dar preferência ao produto originário da região que ficava acima do rio Apa.

3. “A exploração dos ervais de Mato Grosso foi realizada principalmente por paraguaios que, falando também o guarani, mais facilmente puderam aliciar os índios para o trabalho, ensiná-los as técnicas de extração e o preparo da erva e acostumá-los ao uso de ferramentas, panos, aguardentes, sal e outros artigos, cujo fornecimento posterior era condicionado à sua integração, como mão-de-obra, na economia ervateira.” (Darci Ribeiro, OS ÍNDIOS E A CIVILIZAÇÃO, p. 89).

A indústria de Tomás Laranjeira expandiu-se do dia para a noite, passando a constituir fonte estupenda de riqueza até a década de quarenta, no século atual (*século 20*). Proclamada a República, assumiu o governo de Mato Grosso o general Antônio Maria Coelho, outro companheiro de Laranjeira, o que facilitou um contrato mais amplo para a extração do mate na extensa região delimitada pelos rios Brilhante e Ivinhema ao norte, o Paraná ao leste, e Iguatemi ao sul e serra de Amambaí ao oeste. Esse contrato foi referendado pelo governo republicano, pelo Decreto n. 520. O Estado passou a lucrar com os rendimentos de imposto, enquanto que povoações iam surgindo na região que antes da Guerra do Paraguai era contestada pelos dois países – Brasil e Paraguai – teatro que era de sortidas freqüentes entre os habitantes da região.

Aos poucos, Tomás Laranjeira construíra um verdadeiro império de trabalho onde o paraguaio, derrotado e necessitado de sobreviver, encontrava, graças ao seu sistema frugal de vida, meios de subsistência. Em épocas certas do ano os ervais silenciosos enchiam-se de vida com a presença dos ervateiros a colher a erva, num trabalho verdadeiramente hercúleo.

Fundado o Banco Rio e Mato Grosso, sob a direção do dr. Joaquim Murtinho, aliou-se a ele Tomás Laranjeira, do que resultou a formação da Companhia Mate Laranjeira, sociedade anônima, com um capital de 15.000 ações, das quais Laranjeira ficou com apenas 110. Mais tarde, assumindo o governo de Mato Grosso o dr. Manuel Murtinho, mano do responsável pelo Banco Rio e Mato Grosso, o Estado arrendou àquela as terras devolutas situadas entre o ribeirão Onças, a serra de Amambá, o ribeirão São João e os rios Dourados, Brilhante, Ivinhema e Paraná. Em 15 de julho de 1893, essa área foi acrescida com todo o vale do Santa Maria, pela Resolução Legislativa n. 103.

Tomás Laranjeira, nome hoje em dia pouco conhecido das novas gerações, foi com a indústria extrativa um pioneiro, verdadeiro bandeirante, que muito fez no sentido da conquista e do desbravamento da região. Hoje em dia o seu nome é lembrado apenas nas referências históricas ligadas à Companhia Mate Laranjeira, que passou, no século 20, a constituir um estado dentro do Estado, formada por capital argentino e dirigida pelos representantes de seus acionistas.

A história desta Companhia, que ainda não foi escrita totalmente, é cheia de altos e baixos, estes quase sempre prejudiciais ao desenvolvimento regional, o qual somente pôde ser devidamente levado avante com a reação de governos de Mato Grosso, que aos poucos foi cortando as suas asas e contendo as suas arrancadas expansionistas.

É inegável a existência de alguns saldos positivos deixados pela Mate Laranjeira, como a abertura de estradas, a criação de localidades como Porto Murtinho, antiga fazenda Três Barras, em plena região pantaneira, por onde era exportado o produto da extração ervateira.

A intolerância dos donos da Mate Laranjeira para com os brasileiros que chegavam principalmente do Rio Grande do Sul, fugindo às impiedosas “guerras caudilhescas” que enlutaram aquele Estado no fim do século 19 e início do século 20, ensejou por parte destes um ambiente de

revolta contra o domínio da Empresa argentina, que não permitia o estabelecimento de outras atividades que não a extração ervateira de seu interesse, o surgimento do Movimento Divisionista, que teve por berço Nioaque. Ali repercutiu o brado de Muzzi, que ecoou na revolta de Mascarenhas, coadjuvado pelo advogado Barros Cassal, que ali se hominizara, vindo de Porto Alegre, por perseguição política.

Além de Porto Murtinho, as povoações de Ponta Porã, Bela Vista e Colônia Penzo (atual município de Antônio João) e Dourados foram localidades que se formaram durante este período marcante de após guerra, na região ervateira.

Com as ampliações verificadas no decorrer da concessão, a área ocupada pela Mate Laranjeira atingiu a mais de 1.600 léguas quadradas!

A fim de facilitar a exportação do produto, o Banco de Murtinho adquiriu à margem esquerda do rio Paraguai a fazenda Três Barras, abaixo do Fecho dos Morros, e fundou Porto Murtinho.

Passando ao controle da Mate Laranjeira, da qual era o maior acionista o Banco Rio e Mato Grosso, a indústria idealizada por Tomás Laranjeira expandiu-se muito além da expectativa, tornando-se o governo de Mato Grosso sem forças para interferir efetivamente na região, não faltando em alguns períodos governamentais a influência da Empresa, ligada a próceres políticos influentes⁴. A localidade de Campanário, na região de Ponta Porã, sede administrativa em Mato Grosso, da Mate Laranjeira, tornou-se durante alguns anos como que uma cidade medieval fechada a quem quer que fosse, um delegado de polícia ou mesmo um juiz de direito. As autoridades designadas pelo governo estadual eram simplesmente corrompidas se quisessem manter-se no cargo. Até mesmo o governo estadual, nos seus momentos de abertura financeira, recorreu a empréstimos e garantias que a Empresa atendia com vistas à aquisição futura da extensa área objeto da concessão.

4. A Mate Laranjeira “tão desproporcionadamente prosperou, em relação à economia mato-grossense, que, por fim dispunha de recursos com que pudesse intervir na política estadual, franca ou veladamente.(...). Conseqüência fatal de tal pujança, com o apoio fortalecia os governos amigos, do mesmo passo que perturbava, com sérias hostilidades, as administrações ou partidos adversos”. (V. Correia Filho, PEDRO CELESTINO, p. 102).

O domínio adquirido pela Mate Laranjeira baseava-se em contrato que firmara com o governo de Mato Grosso a 2 de agosto de 1894, contrato pelo qual lhe era dada a permissão para colher a erva a ser industrializada e comerciada “desde as cabeceiras do rio das Onças, na serra de Amambaí, pelo ribeirão S. João e nos Dourados, Brilhante, Ivinhema e Paraná até a serra das Onças”. Entrando em liquidação o Banco Rio e Mato Grosso, proprietário de 14.500 ações de um total de 15.000, do qual era presidente Manuel Murtinho, a concessão de exploração dos ervais, que perduraria até junho de 1916, passou para a firma Laranjeira, Mendes e Cia., com sede em Buenos Aires, sendo a transferência da concessão autorizada por lei especial de 19 de maio de 1902.

Além de estradas carreteiras abertas pela Mate Laranjeira, esta construiu uma estrada de ferro no Estado do Paraná ligando Guaíra a Porto Mendes, com a estação intermediária, Dr. Oliveira Castro, vencendo a região não-navegável de Sete Quedas. A última composição trafegou em 1954. A sua principal estação foi submersa, em 1982, com a formação da represa de Itaipu. Também em Porto Murtinho uma outra fora construída para transporte do produto das colheitas, desde os ervais até o cais de embarque, no rio Paraguai.

Desentendimentos políticos em Cuiabá, que não vem a pêlo historiar neste trabalho, protelaram durante anos uma decisão definitiva sobre a concessão para a exploração da erva-mate, apesar da proteção dispensada à Empresa pelo senador Antônio Azeredo, que enfrentava a campanha de defesa dos interesses do Estado e dos povoadores da região movida pela figura varonil de Pedro Celestino Correia da Costa.

Enquanto essa situação perdurava, os ervais do Paraná passaram a ser mais bem explorados e a Estrada de Ferro Noroeste ia avançando sobre a região sulina de Mato Grosso. Em consequência, a indústria ervateira do antigo império da Mate Laranjeira entrava em declínio.

Para se ter uma idéia do quanto o contrato da concessão interessava à Empresa, basta que se diga que sobre a produção de uma área de 1.400.000 hectares o Estado recebia apenas a importância de trezentos e cinquenta mil réis, até seis milhões de quilos de erva exportados.

No governo de Dom Fr. de Aquino Correia, eleito graças a um acordo entre as correntes políticas, títulos de propriedade de terras começaram a ser expedidos aos posseiros que conseguiram radicar-se na região.

Foi somente após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao Poder, com a mudança da mentalidade reinante na chamada República Velha, que a Empresa entrou em paulatina liquidação de suas propriedades. O governo federal desapropriou as instalações de Guaíra e o serviço de navegação que a Mate Laranjeira mantinha no alto Paraná, acabando com o monopólio que subsistiu durante setenta anos.

Como decorrência dessas medidas, novos povoadores foram entrando na região, surgindo núcleos populacionais hoje transformados em municípios.

Na região de Dourados, a Colônia Federal, criada pelo governo brasileiro, atraiu centenas de pequenos produtores rurais que foram desbravando a área que era coberta por ricas matas, cujo solo se mostrava propício à lavoura e à formação de viçosas pastagens.

Coube ao governo de Arnaldo Estêvão de Figueiredo (1947-1950), com a sua política de terras, dar o tiro de misericórdia na Mate Laranjeira, acabando com o agonizante império iniciado por Tomás Laranjeira.

A imigração gaúcha

Ao mesmo tempo que a região de Mato Grosso, após a guerra do Paraguai, começava a ser repovoada, o Estado do Rio Grande do Sul era teatro de lutas políticas sangrentas a partir de 1891, perdurando até 1895, quando se extinguiu a Revolução Federalista. Os vencidos, principalmente, haviam se refugiado nas repúblicas vizinhas – Uruguai, Argentina e Paraguai – de onde muitos, temerosos de represálias ou cansados das lutas em que se empenharam, decidiram emigrar para Mato Grosso.

Foi assim que muitos rio-grandenses que fizeram história no Rio Grande deixaram o seu nome inscrito na historiografia de Mato Grosso do Sul. João de Barros Cassal, advogado, coronel Bento Xavier, Antônio Inácio Trindade, capitão honorário do Exército brasileiro, que promoveu intercâmbio entre Mato Grosso e o Rio Grande; Joaquim César, Constantino de Almeida, Felipe de Brum, Davi Medeiros, Policarpo d'Ávila, Pedro Gomes de Oliveira, José Leite Penteado, Antônio Falcão, os Loureiros e, além de muitos outros, Augusto Ilgenfritz⁵.

5. Este gaúcho resoluto toma a decisão de, saindo de São Tomé (RS), atingir a região mato-grossense pedalando uma bicicleta... Extenuado, chega a Posadas (Argentina) com o veículo às costas, vencido pelos areais das estradas... Prosseguiu, até onde pôde, por ferrovia. Mas veio!

Sozinhos, ou acompanhados de familiares, muitos foram os rio-grandenses que cruzaram, durante meses de caminhada, partes dos territórios da Argentina e Paraguai, a cavalo ou em carros-de-bois, até mesmo a pé, antes de chegarem a Mato Grosso. Historiadores rio-grandenses calculam em dez mil o número de gaúchos vindos no final do século 19 e início do século 20 para a região então assinalada como Nova Querência.

O escritor gaúcho Mário Beck esclarece que essa marcha era feita em quatro escalas ou paradas: a primeira em Posadas, na Argentina; a segunda em Encarnación (Paraguai); a terceira em São Joaquim, divisor das águas do Paraná e Paraguai; a quarta, em Ipeum (atual Paranhos), já em Mato Grosso do Sul. Durante a marcha, “crianças, cachorros e potrilhos iam nascendo”⁶.

6. “Ali encontraram os nossos coestaduanos, topografias, climas, meios enfim, análogos aos de suas terras natais. Os mesmos horizontes largos das imensas campinas! A mesma sinuosa cadeia de coxilhas! Largas pastagens à criação do gado! E o chimarrão? Sem ele o gaúcho não se aclimataria. Mas ali existem enormes ervais... E também a cuia espumando num amargo, foi mais um atilho que prendeu o guasca ao chão da Nova Querência.” (Mário Lima Beck, NOVA QUERÊNCIA – Crônica das emigrações rio-grandenses para Mato Grosso, p. 18, Livraria Selbach, Porto Alegre, 1935).

A primeira notícia da presença do rio-grandense na região pantaneira data do final do século 19, segundo o relato colhido em 1904 pelo viajante checo A. V. Fritch, feito por um “médico-feiticeiro caduveo” (o pajé Apatxaro), relato este mais recentemente divulgado por Loukotka⁷ que afirma terem os gaúchos estado na região do Nabileque, sob o comando do coronel Benito Chovier⁸, a chamado de Malheiros, senhor de Barranco Branco, para combaterem os índios cadiueus. Textualmente, diz o relato: “Afinal, Malheiros tratou com o coronel Benito Chovier que lhe acudiu com os refugiados do Rio Grande do Sul. Eles tinham fugido da revolução e levado consigo o gado. Compraram fuzis de repetição (sistema mauser). Mas antes de chegarem à fazenda, foram atacados por Anu-

vila e dezoito Caduveo que mataram muitos homens do Rio Grande. Os outros se fecharam nas casas. Os caduveo os assediaram. Havia lá encerrados cento e vinte gaúchos. Tinham somente facões. Um valente correntino, Miguel Pires, apoderou-se corajosamente de um fuzil Remington. Feriu um Caduveo que estava trepado no telhado. Os outros fugiram para as florestas. Os refugiados do Rio Grande pensavam que havia lá muitas centenas de índios. Nesse momento nasceram grande desconfiança e muito medo nos dois partidos. Os infelizes Caduveo foram perseguidos como caça, de um lugar para outro. Não puderam nem fazer plantações nem contruir aldeias.”⁹

7. “Nouvelle contribution a l’étude de la vie et du langage des Kaduveo”, in *Journal de la Société des Americanistes*, NS, t. XXV, Paris, 1933, 253-254.

8. Não seria coronel Bento Xavier? Tudo indica que sim, pois Bento Xavier, por algum tempo, trabalhou na caça ao gado alçado, na fazenda de Malheiros.

9. Apud Guido Boggiani, “Os Caduveo”, p. 37.

Alguns gaúchos já estavam, porém, radicados na região antes da grande migração, que ficaram na região depois da desmobilização ocorrida no fim da Guerra do Paraguai, o que facilitou a acomodação dos chegantes, cuja maioria nunca mais regressou aos pagos, mas deixou-se ficar na nova querência onde havia pastagens para o gado e o mate para o chimarrão tradicional. A região fronteira era como que um prolongamento dos pampas. Tudo isso colaborou para que os rio-grandenses se sentissem em casa.

Os gaúchos Felipe de Brum e Adão de Barros destacaram-se então como anjos tutelares em assistência às comitivas chegantes depois de caminharem por três ou mais meses pelos sertões da Argentina e do Paraguai, enfrentando toda sorte de perigos, além de assaltantes correntinos que infestavam aquelas paragens.

Entre os rio-grandenses radicados na fronteira Brasil-Paraguai, destacou-se o coronel Bento Xavier, que após anos de vida pacata transformou-se em elemento perigoso, rebelando-se contra o governo estadual, não deixando de constituir motivo de desassossego para muita gente, inclusive para os habitantes de Campo Grande, cidade por ele assaltada, onde encontrou a reação destemida de Amando de Oliveira.

Em Nioaque, então próspera cidade sulina, centro de reações políticas, refugiara-se, em 1901, o advogado rio-grandense João de Barros Cassal, tribuno famoso que fizera parte do “governicho” que dominou o rio Grande após a renúncia de Júlio de Castilhos em 1891.

Possuidor de esplêndida facilidade de comunicação, arrastava, graças ao seu verbo inflamante, verdadeiras multidões quando ainda em Porto Alegre. Em Nioaque aliou-se a João Ferreira Mascarenhas, segundo vice-presidente do Estado, revolucionário mato-grossense. Como advogado de inúmeros posseiros, revoltou-se contra a morosidade e a indecisão do governo de Cuiabá em deferir os processos dos quais era patrono, mas que não interessavam à Mate Laranjeira e aos seus aliados, os irmãos Murtinho. Tendo sido paladino da liberdade no Rio Grande, em Mato Grosso tornou-se divisionista, pregando a separação do sul do Estado.

Não foi maior a sua contribuição ao movimento iniciado pelo capitão João Caetano Teixeira Muzzi, porque a morte o surpreendeu em 1903, vítima de congestão cerebral. Os seus restos mortais, trasladados para Porto Alegre, em 1906, foram apoteoticamente recebidos pela população.

Trazendo para a região os seus usos e costumes, os migrantes gaúchos, de mentalidade mais arejada, exerceram grande influência nos meios reinantes na fronteira, onde vegetava uma escassa população semi-ignara, que se comunicava por meio de um linguajar mesclado de português, espanhol e guarani. Durante anos os gaúchos empenharam-se em luta contra o monopólio da Empresa Mate Laranjeira, que se julgava senhora de todos os ervais da região.

Vitoriosa a Revolução de 1930, que alçou o gaúcho Getúlio Vargas à presidência da República do Brasil, foi o rio-grandense coronel Antônio Mena Gonçalves nomeado interventor no Estado de Mato Grosso, o que ensejou reacender no seio da população gaúcha o desejo de transmigrar-se para este Estado. Contudo, poucas famílias concretizaram essa aspiração.

A década de 70, principalmente nos últimos anos, com a “descoberta” do aproveitamento dos cerrados para a expansão da agricultura, foi marcada com a emigração de paranaenses, catarinenses e especialmente de gaúchos que, economicamente em boa situação, afluíram à região, dedicando-se principalmente à lavoura de cereais, arroz, trigo e soja, trans-

formando os campos e cerrados em verdejantes plantações desde São Gabriel do Oeste a Ponta Porã, inclusive a região da Grande Dourados.

A chegada dos filhos do Rio Grande do Sul, afeitos ao amanho da terra e acostumados ao uso de fertilizantes, até então quase desconhecidos dos antigos habitantes da região, ocasionou verdadeira revolução nos meios agrícolas do surgente Mato Grosso do Sul.

Criado o novo Estado, em 1977, essa migração atingiu o clímax, dada a justa euforia que tomara conta de todos. Em consequência, vilarejos até então modorrentos, se transformaram em povoados trepidantes enquanto que outros núcleos populacionais surgiram quase que de um dia para o outro.

Instalado o primeiro governo do Estado, contingências de ordem política ensejaram a nomeação de um governante vindo, coincidentemente, de terras gaúchas. O *matogrossês*, ao invés de demonstrar repulsa à “invasão” gaúcha, recebeu de braços abertos aos chegantes e, irmanados, estão construindo um grande Estado, do qual, em futuro não muito distante, todo o Brasil se orgulhará.

Criação do Território de Ponta Porã

Na década de trinta, quando o movimento em prol da divisão de Mato Grosso viveu talvez a mais intensa e exaltada fase de sua história, é que ocorreu a realização, em parte, do seu desideratum. Deu-se isso em 1943, no dia 13 de setembro, quando o governo federal, então presidido por Getúlio Vargas, houve por bem criar cinco territórios federais, sendo dois com áreas do território de Mato Grosso – Ponta Porã e Guaporé (hoje Estado de Rondônia). O primeiro na fronteira com o Paraguai e o segundo na região fronteira com a Bolívia. Os demais foram Amapá, Rio Branco e Iguazu. O de Ponta Porã e o de Iguazu tiveram existência efêmera.

A criação dos cinco territórios teve origem no mesmo decreto-lei presidencial, de n. 5.812, publicado no Diário Oficial de 29 do mesmo mês e ano. Desmembrado de Mato Grosso, passaram a integrar o Território os municípios e distritos de Ponta Porã (capital), Maracaju, Porto Murtinho, Nioaque, Bela Vista, Dourados e Miranda.

A administração territorial, de acordo com o Decreto-Lei n. 5.839, de 21 de setembro do mesmo ano, seria a mesma do Estado do qual fora desmembrado. No ano seguinte, a 5 de janeiro, o coronel Ramiro Noronha foi nomeado governador do Território e, a 31 do mesmo mês, chegou a Ponta Porã, instalando o seu governo.

Foi assim que expressiva parcela da área territorial mato-grossense, praticamente desbravada e povoada por famílias vindas do Rio Grande do Sul, onde por primeiro se ouvira, no século anterior, o brado separatista, libertou-se dos liames que a prendiam à longínqua Cuiabá. Coincidentemente o chefe do governo federal era também de origem sul-rio-grandense.

A criação do Território de Ponta Porã, apesar de ser uma vitória para uns, foi decepcionante para ponderável parcela da região sul-mato-grossense, que tanto se batera pela separação da região norte. Todavia, restava a esperança de que esse fora o primeiro passo para a almejada divisão do Estado. Em decorrência da criação do Território, justas e insopitáveis demonstrações de euforia tomaram conta da gente fronteiriça e um seu ilustre filho (*Hélio Serejo*) assim registrou o acontecimento: “Gente nova chega todos os dias. Aos magotes. A fronteira faz rebrilhar os seus olhares curiosos. A vivência paraguaia impressiona a todos: costumes, fala e hospitalidade. As cidades são irmãs: se entendem magnificamente. O que encanta a gregos e troianos. Mas... a cidade vaidosa, que carrega a esbelteza, é a brasileira. Por quê? Porque é a capital com todas as honras. Foi decisão do eminente Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República. Nós lhe somos gratos – gratos de verdade, ao ilustre e buenacho filho de São Borja. Gaúcho de muita fibra, que ama, com sinceridade, o nosso querido Mato Grosso, querência de milhares e milhares de gaúchos macanudaços.”

Instalado o governo territorial, este passou a cuidar da sua organização administrativa e judiciária. Comarcas e municípios foram criados, não faltando especial atenção para com o ensino primário então praticamente inexistente na região.

A fim de facilitar o aproveitamento das férteis terras da nascente povoação de Dourados, o governo federal, pelo Decreto n. 5.941, de 28.10.43, implantou a Colônia Federal de Dourados, no município de Ponta Porã, numa área de trezentos mil hectares, dividida em dez mil lotes de trinta hectares cada, que foram cedidos a colonos, o que deu grande impulso à

região com a colocação de inúmeras famílias de agricultores, principalmente nordestinos, o que ensejou alguns anos depois o surgimento de povoados e a criação de prósperos municípios que constituem a hoje denominada Grande Dourados. Esta Colônia deveria ter sido criada um ano antes, em 1942, em decorrência de sugestão do Ministério da Agricultura, não fora a atitude adotada pelo interventor federal em Mato Grosso – bacharel Júlio Müller, que negou a cessão da área pretendida, sob a alegação de que ela deveria ser localizada na região norte do Estado... Foi essa atitude do então interventor recebida pelos sulistas como mais uma demonstração de que o que fosse bom para o sul não era para o norte. Getúlio Vargas, que na sua visão de estadista sempre esperava o momento oportuno para efetivar o que planejava, exarou, na ocasião, lacônico despacho nos seguintes termos: “Não querendo o Estado fazer cessão das terras escolhidas pelos técnicos do Ministério da Agricultura, não pode ser criada a Colônia. Rio, 19.02.942.”

A 17 de novembro de 1945, o governador Ramiro Noronha, que demonstrara ser possuidor de alto tino de administrador, deixou o governo do Território, em virtude de exoneração solicitada. Substituiu-o o major José Guiomar dos Santos, que logo depois foi substituído pelo médico José Alves de Albuquerque.

No ano de 1946, promulgada a nova Constituição Federal, esta trouxe no seu capítulo de Disposições Transitórias, artigo 8.º, a extinção do Território de Ponta Porã, voltando a sua área a integrar o Estado de Mato Grosso.

Foi decepcionante para os territorianos a decisão constitucional. Em conseqüência, a esperança de que o sonho separatista um dia se concretizasse voltou a ser uma constante no seio de toda a população que mourejara acima da torrente do Paraná.

Demóstenes Martins

Demóstenes Martins (Goiana, PE, 1894 – Campo Grande, 1995). Foi prefeito em várias cidades do sul de Mato Grosso uno e várias vezes secretário de Estado. De suas obras destacam-se: ASPECTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS DO MUNICÍPIO (1972), HISTÓRIA DE MATO GROSSO (1975) e A POEIRA DA JORNADA (1980).

Itinerário de um destino

O povoamento de Mato Grosso foi a resultante do descobrimento das minas de ouro de Cuiabá pelos bandeirantes vindos de São Paulo na preia dos índios. Esgotados os depósitos auríferos aluvionais do Coxipó e do Sutil, o espírito ambulatório dos sertanistas imantou-se no sentido da posse das terras visualizada na fundação das fazendas para o apascentamento dos rebanhos. Ademais, a posse de grandes tratos de terra dava ao sertanistas foros de opulência e de nobreza, a cepa do nosso coronelismo, que se assemelhava a um feudalismo achamboado, no dizer de Euclides da Cunha.

A movimentação da própria lida do pastoreio impunha a penetração de novos horizontes, num centrifugismo ampliador que desvendava paragens mais vantajosas, propiciando novas posses.

Foram as investidas dos sertanistas, nas pegadas das bandeiras paulistas, repulsadoras dos castelhanos das reduções erigidas à sombra da linha de Tordesilhas, que ensejaram as posses na região da Vacaria, no sul mato-grossense. Deve-se ao intemorato sertanista Joaquim Francisco Lopes o reconhecimento dessa região através das suas dezessete entradas, vindo de sua fazenda Monte Alegre, nas proximidades do rio Paraná, para as bodas do seu espírito de bandeirante com a virgindade de paragens igno-

tas. A ele deve-se a vinda dos Barbosas, dos Lopes e dos Sosas, os pioneiros do povoamento da Vacaria com os rebanhos que trouxeram. Foram eles os povoadores da região, que os paraguaios reivindicaram como de seu domínio. As suas posses entre os rios Apa e Miranda foram os marcos que assinalaram as raias do Império nesses lindes distanciados.

Com a invasão da região pelas tropas de Solano Lopez, a mando do coronel Francisco Isidoro Resquin, os posseiros tiveram que abandonar as suas fazendas até que, concluída a guerra em 1870, tornaram a elas, restaurando-as.

Assim, vindo de Monte Alegre, Minas Gerais, José Antônio Pereira aportou, a 21 de junho de 1872, à confluência dos córregos que mais tarde se chamariam de Prosa e Segredo, local que julgou adequado ao estabelecimento de sua posse, resolvendo aí ficar.

Decidido a fixar-se nessas paragens, retornou a Monte Alegre a fim de trazer dali os integrantes de sua numerosa família e os seus haveres, deixando na posse o poconeano João Nepomuceno, com quem se encontrara no local. Entrementes, este, aventureira criatura, comete um crime, assassinando, numa disputa sobre a compra de uma rês para seu abastecimento, o fazendeiro de Camapuã Joaquim Mota, que o obrigou a refugiar-se da justiça, abandonando a posse, traspassando-a ao mineiro Manuel Vieira de Sousa que, numa caravana em que vinham vários familiares, rumava para o sertão em busca de terras para uma posse. Res salvou, porém, o transferente, o direito que caberia a José Antônio Pereira, caso retornasse este de sua viagem a Monte Alegre, que se dilatara das previsões estimadas.

Estabelece-se Manuel Vieira na posse e a 14 de agosto de 1875 vê chegar José Antônio Pereira conduzindo numerosa caravana composta de seis carros-de-bois atestados de bagagens, víveres, sementes e mudas de árvores frutíferas à frente de um lote de gado de criar e animais de campeio. Vinham, ao todo, entre familiares e escravos, 62 pessoas.

Esclarecida a situação criada com a fuga de João Nepomuceno, ocasionadora da transação que efetuara, entenderam-se os posseiros e permaneceram no local onde realizaram, para acomodação de todos, a construção de vários ranchos ao longo do atual córrego do Prosa, que seria mais tarde, a rua que se denominaria 26 de Agosto.

Lançadas as construções que, dessarte ganhariam aspecto de povoado, prestes ele se desenvolveu, mercê de sua posição que era a de ponto de apoio naquelas ermas paragens para os que da Vacaria demandavam Camapuã, no caminho para Santana do Paranaíba, em busca das terras de Minas Gerais, pela via terrestre, ou as de São Paulo, pela via fluvial do rio Pardo. Concorreu também para o seu progresso a construção de uma igrejinha com que se desobrigara José Antônio Pereira de promessa feita a Santo Antônio, quando, no seu trajeto para a nova terra, fora detido, em Santana do Paranaíba, por um surto de malária ali dominante.

Os moradores de distanciadas regiões vinham no fervor de sua crença trazer à imagem do taumaturgo de Pádua as oblatas das suas preces e os rogos para as suas aflições.

No seu panteísmo de crente de Santo Antônio e na moldura do ambiente físico da gleba em que se instalara, José Antônio dá-lhe o nome de Santo Antônio de Campo Grande. Era, realmente, grande, mesmo imenso, o desafogado campo em que se situara.

Fortalecido pela sua expressão demográfica que se vai adensando, o local ganha foros de povoado. Em 1878 vem da vila de Nioaque o padre Julião Urquia rezar a primeira missa, sob a invocação de Santo Antônio, e realizar casamentos e batizados em cerimônias festivas que se celebraram no dia 4 de março. De então em diante, o velho cura incluía sempre o povoado de Santo Antônio de Campo Grande nas suas desobrigas pelos sertões, na sementeira da fé cristã.

Organização política

A Lei n. 792, de 22 de novembro de 1889, promulgada pelo presidente da província – a notícia da proclamação da República, a 15 de novembro, somente chegou a Cuiabá a 9 de dezembro de 1889 – ainda atreita à divisão administrativa imperial, criou a freguesia de Santo Antônio de Campo Grande, pertencente ao município de Nioaque.

Instituída a república, a Lei n. 165, de 6 de março de 1897, transferiu a freguesia da jurisdição da comarca de Nioaque para a de Miranda.

Com a fundação do povoado de Aquidauana, em 15 de agosto de 1892, às margens desse rio, um dos afluentes do Miranda que, por sua vez, é um dos tributários do Paraguai, mais um elo se acresceu à cadeia

de comunicações que Campo Grande centralizava. É que aquele povoado, implantado à margem do rio navegável, seria o porto por onde os habitantes do planalto, especialmente da Vacaria, receberiam as utilidades de que careciam, transportadas pela via fluvial servida de lanchas a vapor rebocando chatas.

Essa via fluvial era o caminho mais propício às viagens à capital do Estado, Cuiabá, e Rio de Janeiro, os dois pólos de relações políticas, administrativas e comerciais do novel centro de população que dia a dia ganhava desenvolvimento. Destarte, a estrada para Aquidauana passou a ter intensa movimentação de carros e carretas-de-bois transportadoras de mercadorias, suplantando, assim, o comércio que se fazia com a distante Conceição, no Paraguai, empório da região da Vacaria.

O município

Continuando a desenvolver-se, a freguesia foi elevada à categoria de vila, constituindo um município da comarca de Nioaque pela Lei n. 225, de 26 de agosto de 1899, data festivamente comemorada como o dia da cidade.

Criado o município, foi nomeado seu primeiro intendente (hoje prefeito), Francisco Mestre, pelo governador (então presidente) do Estado, um dos mais esclarecidos e intelectualmente capazes cidadãos da nova comuna.

.

A amenidade do clima, a fertilidade do solo, a posição geográfica ensejadora de um dominante centripetismo na região, a força da atração do convívio humano nessas paragens solitárias, foram as parcelas que deram vitalidade, destaque e importância à vila de Santo Antônio de Campo Grande, já na posse de foros de município, no dealbar deste século (*século 20*).

Eduardo Machado Metelo

Eduardo Machado Metelo (Campo Grande, 1930-2000), advogado, professor, pecuarista. Publicou (em 1994) 3 CASOS e MEU AMIGO AUTONOMISTA.

Três casos de meu pai – I

O que você prefere: “um na mão ou dois voando?” – costumava perguntar meu pai, com seu espírito brincalhão, o que fazia dele companhia agradável e disputada, onde se encontrasse.

Depois de saborear a resposta que invariavelmente recebia, de que era melhor ter pouco do que arriscar a ficar sem nada, ele, gargalhando, esclarecia: – Estou falando de marimbondos...

* * * * *

As vacas, marca Machado, enormes, brancas, da raça nelore, mansas, tranqüilas, comiam as pastagens verdejantes da beira das lagoas, verdadeiros espelhos líquidos gigantesco, onde a Natureza, vaidosa, se mirava.

Os bezerros pulavam, espertos, sadios, fazendo travessuras, espantando os bandos de pássaros-pretos, que em nuvens espavoridas se espalhavam pelas matas.

Foi nesse ambiente paradisíaco, na fazenda Palmeiras, que meu pai me propôs uma sociedade. Uma parceria, meio a meio, era o que ele me propunha: cada vaca seria repartida, igualmente, metade para cada um de nós.

Somente quando ele esclareceu melhor a proposta, percebi se tratar de mais uma de suas brincadeiras.

As vacas criadoras seriam repartidas pela metade, sim. Mas, a metade da frente, que pastava, comia sal e dava despesas, seria minha. A metade

de trás, que paria, dava leite, produzia esterco para adubar as culturas e, portanto, oferecia lucros, seria dele...

* * * *

Campo Grande se engalanara para receber o seu mais novo melhoramento. Uma fonte luminosa, que o prefeito Marcílio de Oliveira Lima inaugurara, fora eleita a atração do momento.

A população inteira ia admirar aquele fino monumento, colocado no centro do Jardim Público, dominando o lago artificial redondo. Todos ficavam embevecidos, horas e horas, encantados com o inebriante bailar das águas, acompanhando os suaves acordes que saíam de dentro da fonte, mudando conforme a força dos jatos e à mercê da constante variação das cores luminosas. Foi aí que meu pai, divisionista convicto, inventou mais uma anedota, tendo como protagonistas os eternos alvos de suas farpas gozadoras.

Começou a dizer que a Praça Ari Coelho estava sendo invadida por inúmeros cuiabanos, que, também extasiados com a beleza das águas multicoloridas da fonte luminosa, vinham buscar, munidos de uma porção de frasquinhos, um pouco do precioso líquido, de várias cores, para levar para Cuiabá.

Três Casos de meu pai – II

– Vaca pintada dá leite? – perguntou meu pai, em uma das suas brincadeiras prediletas.

Quando alguém, levando a sério a pergunta, respondia que era claro que dava leite, sendo mesmo as vacas mais leiteiras, as holandesas, geralmente bem pintadas, meu pai concluía:

– Eu estou falando de vaca pintada, num quadro, num livro...

– Ah, assim não – dizia o interlocutor, querendo se desculpar.

– Pois é. Aí é que você se engana – tornava meu pai. – Dá leite, sim. Só que é leite também pintado, no quadro, no livro.

* * * *

O Cartola, menino criado em casa, era quem mais sofria com as perguntas ambíguas que meu pai formulava.

– Cartola, se você encontrar um burro na rua, quem é que bate continência, você ou o burro?

– O burro – respondia o menino.

– Quer dizer que você é mais burro que ele?

– Não, não – procurava corrigir o Cartola – eu é que bato continência para ele!

– Então o burro é seu superior?

Cansado de errar, fosse qual fosse a resposta, o Cartola passou a dizer:

– Ninguém bate continência, nem eu nem o burro!

Mesmo assim não conseguia escapar da ironia de meu pai, que retornava:

– Nesse caso, quer dizer que vocês são iguais! Absolutamente iguais!

* * * * *

Em outra ocasião, na fazenda Palmeiras, meu pai continuou a judiar da ingenuidade do Cartola.

– Sabe qual é a única diferença entre você e um jumento, Cartola?

E ante o silêncio que seguia, meu pai mesmo dava a resposta:

– É que o jumento não sabe ler, menino!

Surpreso, na ânsia de se defender, querendo contestar a afirmação que não fora bem entendida, o Cartola retrucou:

– Mas eu também não sei ler!

Meu pai fulminou:

– Então, não á diferença entre você e o jumento...
